

Após 133 anos de sua morte, Luiz Gama recebe título de advogado

Pelos serviços prestados junto aos tribunais na libertação dos escravos, Luiz Gonzaga de Pinto Gama foi reconhecido como advogado, 133 anos após sua morte, pela Ordem dos Advogados do Brasil. O título foi concedido pelo Conselho Federal da Ordem e pela OAB-SP em cerimônia na Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo, na noite desta terça-feira (3/11).

Wikimedia Commons



Wikimedia Commons

Baiano, Luiz Gama (*foto*) nasceu em 1830, filho de um português com Luiza Mahin, negra livre que participou de insurreições de escravos. Gama foi para o Rio de Janeiro aos dez anos de idade após ser vendido pelo pai para pagar uma dívida. Sete anos mais tarde, conseguiu a libertação e se transformou em um dos maiores líderes abolicionistas. Em 1869, ao lado de Rui Barbosa, fundou o jornal *Radical Paulistano*.

Em 1850, Gama tentou frequentar o curso da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, mas foi impedido por ser negro. Ainda assim, participou das aulas como ouvinte, e o conhecimento adquirido lhe permitiu atuar na defesa jurídica de negros escravos.

Seu tataraneto, Benemar França, 68, recebeu a homenagem em nome de Luiz Gama. “Trata-se de uma reparação histórica e do reconhecimento da sua atuação jurídica para a qual foi proibido de se graduar. Trata-se de uma justíssima homenagem a quem tanto lutou pela liberdade, igualdade e respeito”, disse o presidente do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho.

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie e presidente do Instituto Luiz Gama, Silvio Luiz de Almeida disse que a homenagem é inédita “para alguém que recebe o título de advogado pós-morte não sendo formado em Direito”.

“Luiz Gama não é apenas importante para a história da comunidade negra brasileira, é também para que entendamos dois movimentos fundamentais para a formação social brasileira e entender para onde caminha o país. Ele está ligado tanto ao movimento abolicionista, ou seja, a luta contra a escravidão, como à formação da República”, explicou o professor. “Neste momento, resgatar a figura de Luiz Gama



é resgatar também a esperança na construção de um país melhor, de um mundo mais justo e também da luta antirracista”, acrescentou.

Para seu tataraneto, a homenagem “é um resgate ao trabalho que Luiz Gama fez em sua luta para libertar escravos”. Apesar de ser rejeitado pela Faculdade de Direito, segundo Benemar, Luiz Gama “conseguiu ser rábula, ou seja, tinha um documento que o liberava para trabalhar como advogado, só que sem diploma” e, nessa condição, ele libertou mais de 500 escravos. *Com informações da Agência Brasil.*

Autores: Redação ConJur